



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Prestação de Contas Ordinária Anual



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 127 e 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**NATAL/RN  
MARÇO/2014**

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

---

### **Ministro de Estado da Justiça**

José Eduardo Cardozo

### **Secretário - Executivo**

Márcia Pelegrini

### **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Valéria Grilanda Rodrigues Paiva

## **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

---

### **Diretora-Geral**

Maria Alice Nascimento Souza

### **Superintendente Regional**

Rosemberg Alves de Medeiros

### **Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

Djairlon Henrique Moura

### **Chefe da Seção de Recursos Humanos**

Igo Gomes Brasil

### **Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

Marcelo Henrique Montenegro de Sá

### **Corregedor Regional**

Lauro Márcio

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS .....	06
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	07
INTRODUÇÃO .....	09
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS .....	11
1.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual .....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais .....	11
1.3 Organograma Funcional .....	13
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	14
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	22
1.6 Parceiros.....	26
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
2.1 Planejamento da Unidade.....	27
2.2 AÇÕES .....	30
2.3 ANÁLISE SITUACIONAL E RESULTADOS DA GESTÃO .....	40
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	44
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	44
3.1.1 Análise Crítica .....	46
3.2 Sistema de Correição.....	47
3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N.º 1.043/2007 DA CGU .....	49
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO DA DESPESA .....	50
4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA .....	50
4.1.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA.....	50
4.1.2 REALIZAÇÃO DE DESPESA.....	51
4.1.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	51
4.1.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	52
4.1.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA .....	52
4.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	53
4.2.1 ANÁLISE CRÍTICA .....	53
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	54
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade .....	54
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO A DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	54
5.1.1.1 LOTAÇÃO .....	54
5.1.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	55
5.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	56
5.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES .....	56
5.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE.....	57
5.1.2.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	58
5.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	59
5.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS .....	61
5.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	61

5.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	62
5.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS. ....	62
5.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS. ....	62
5.2 Terceirização de Mão-de-Obra.....	63
5.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	63
5.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	64
5.2.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	65
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	66
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	66
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	69
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	69
6.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ.....	70
7. GE...STÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	71
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	71
7.1.1 Análise crítica.....	73
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	73
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	73
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	75
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	75
9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei N° 8.730/93.....	76
9.2 Alimentação SIASG E SICONV.....	77
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	78
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	79
11.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade de Demonstrações Contábeis.....	79
11.1.1 Declaração com Restrições.....	79

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Tabela 1.1 Delegacias de Polícia Rodoviária Federal na 15ª SRPRF/RN.....	13
Tabela 2.1 Indicadores de resultados para o acompanhamento da atividade finalística.....	29
Quadro 2.1 – AÇÕES OFSS .....	30
Quadro 2.2 – AÇÕES OFSS .....	31
Quadro 2.3 – AÇÕES OFSS .....	32
Quadro 2.4 – AÇÕES OFSS .....	33
Quadro 2.5 – AÇÕES OFSS .....	<b>34</b>
Quadro 2.6 – AÇÕES OFSS .....	<b>35</b>
Quadro 2.7 – AÇÕES OFSS .....	36
Quadro 2.8 – AÇÕES OFSS .....	36
Quadro 2.9 – AÇÕES OFSS .....	<b>37</b>
Quadro 2.10 – AÇÕES OFSS .....	38
Quadro 2.11 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar – OFSS.....	39
Quadro 2.12 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar – OFSS.....	39
Tabela 2.2 Indicadores e Metas para o Exercício 2013.....	41
Quadro 3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ .....	44
Quadro 4.1 - Quadro Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	50
Quadro 4.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	51
Quadro 4.3 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	51
Quadro 4.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	52
Quadro 4.5 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	53
Quadro 5.1 – Força de Trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.1 da Port TCU 175/2013).....	54
Quadro 5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	55
Quadro 5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12).....	56
Quadro 5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	57
Quadro 5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12.....	58
Quadro 5.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	59
Quadro 5.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12.....	61
Quadro 5.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	62
Quadro 5.9 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	63
Quadro 5.10 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação Mão-de-Obra.....	64
Quadro 5.9 Composição do Quadro de Estagiários.....	65
Quadro 6.1 Quadro 8.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	68
Quadro 6.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	69
Quadro 7.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada.....	70
Quadro 8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	72
Quadro 8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	74
Quadro 9.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	75
Quadro 9.2 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	76
Quadro 11.1- Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .....	78

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<b>ADI</b>	Avaliação de Desempenho Individual
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>APH</b>	Atendimento Pré-Hospitalar
<b>BAT</b>	Boletim de Acidente de Trânsito
<b>CGO</b>	Coordenação Geral de Operações
<b>CGPLAM</b>	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
<b>CGRH</b>	Coordenação Geral de Recursos Humanos
<b>CGU</b>	Controlaria-Geral da União
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
<b>CNH</b>	Carteira Nacional de Habilitação
<b>Coen</b>	Coordenação Geral de Ensino
<b>Conasp</b>	Conselho Nacional de Segurança Pública
<b>Cret</b>	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
<b>CRLV</b>	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
<b>CSR</b>	Comando de Saúde Rodoviário
<b>CTB</b>	Código de Trânsito Brasileiro
<b>Denatran</b>	Departamento Nacional de Trânsito
<b>Detran</b>	Departamento Estadual de Trânsito
<b>DG</b>	Direção Geral
<b>Disas</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Ditran</b>	Divisão de Trânsito
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>DPRF</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<b>Enap</b>	Escola Nacional de Administração Pública
<b>Ibama</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>Infoseg</b>	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
<b>IS</b>	Instrução de Serviço
<b>ISDN</b>	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MPO</b>	Manual de Procedimentos Operacionais
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Nuad</b>	Núcleo de Execução Administrativa
<b>OS</b>	Ordem de Serviço
<b>PF</b>	Pessoas Fiscalizadas
<b>PI</b>	Plano Interno
<b>PNSP</b>	Programa Nacional de Segurança Pública
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PR</b>	Procuradoria da República
<b>PRF</b>	Polícia Rodoviária Federal
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil

<b>RG</b>	Relatório de Gestão
<b>RP</b>	Restos a Pagar
<b>Samu</b>	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
<b>Senat</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>Sest</b>	Serviço Social do Transporte
<b>Siafi</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>Siapc</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
<b>Siasg</b>	
<b>Siconv</b>	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
<b>Siger</b>	Sistema de Informações Gerenciais
<b>Sipac</b>	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
<b>Siorg</b>	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
<b>Sisbin</b>	Sistema Brasileiro de Inteligência
<b>SYSPD</b>	Sistema de Parte Diária do Posto
<b>Spiunet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SPU</b>	Superintendência do Patrimônio da União
<b>SRP</b>	Sistema de Registro de Preços
<b>TA</b>	Testes de Alcoolemia
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UCC</b>	Unidade Centralizadora de Compras
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>UO</b>	Unidade Orçamentária
<b>UOP</b>	Unidade Operacional
<b>VF</b>	Veículos Fiscalizados
<b>15ª SRPRF/RN</b>	15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Norte



## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, as Decisões Normativas TCU nº 127 e 132/2013, e a Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e **2113** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2013. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, observando que esta UJ não é responsável pela coordenação das ações e programas, entretanto há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas ações, sendo importante apresentar a execução da Ação que coube a unidade.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF para o período 2012 - 2020, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013, o Orçamento descentralizado da unidade central e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Regional, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da

responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

**Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 127/2013:** Itens 1.1.2 a 1.1.4; Itens 2.2.1 a 2.2.2 e subitens; Item 2.2.3.4; Item 3.3 e subitens; Item 4.1 e subitem; Itens 4.1.3.1 a 4.1.3.4; Item 4.2 e subitem; Itens 4.4 a 4.7 e subitens; Item 5.1.5 e subitens; Item 5.1.8; Itens 5.2.1 e 5.2.2; Itens 9.1 e 9.2; Itens 11.2.1 e 11.3 a 11.6; e Item 12 e subitem.

**Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 127/2013:** Todos os Itens.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 1.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1.1 da Port. TCU 175/2013)

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo/Função essencial à Justiça			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 15º SRPRF/RN			
<b>Código SIORG:</b> 002821		<b>Código LOA:</b> 00704	
<b>Código SIAFI:</b> 200123			
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo		<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(84) 3215-1550	(84) 3215-1560
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:sup.rn@dprf.gov.br">sup.rn@dprf.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.prf.gov.br">http://www.prf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Nascimento de Castro, 1540, Lagoa Nova, CEP 59056-450, Natal/RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
200123	15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109	200123		

### 1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A razão de ser da instituição Polícia Rodoviária Federal – PRF está descrita na Constituição Federal, em seu art. 144, inciso II, § 2º, que estabelece ser a PRF um “*órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais*”.

Na legislação infraconstitucional a PRF também tem competências específicas, como as previstas no art. 20 da Lei n.º 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, que a define como órgão responsável por realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da

União e o de terceiros, fazer a fiscalização de trânsito, assegurar a livre circulação, realizar o levantamento de locais de acidentes entre outras atividades.

O Decreto n.º 1.655/95 por sua vez, além das competências previstas no CTB estabelece a competência da PRF para colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

Além do que consta dos diplomas legais acima mencionados, a PRF tem atuado em várias outras atividades por força de convênios e termos de cooperação com outros órgãos em nível federal, estadual e municipal, tais como a fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros e cargas, o transporte de produtos perigosos, o combate aos crimes ambientais de forma isolada e em apoio à ações dos órgãos ambientais, o combate aos crimes contra os direitos humanos, mais notadamente à exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de seres humanos e o trabalho escravo, além de compor diversos conselhos e órgãos consultivos, como o CONASP, o CONTRAN, o SISBIN, entre outros.

A PRF tem como missão precípua realizar o patrulhamento ostensivo de toda a malha viária federal, numa extensão de aproximadamente de 80.000km, com trechos em todas as unidades da federação, sendo 1.649 km no estado do Rio Grande do Norte, sob responsabilidade desta unidade jurisdicionada, a 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 15ª SRPRF/RN.

Para cumprir sua missão a contento, em todo o território nacional, a Polícia Rodoviária Federal está estruturada em todo o território nacional, estando a sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF localizada em Brasília, com 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas em todos os Estados da Federação, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

A essas unidades desconcentradas estão vinculadas 147 (cento e quarenta e sete) subunidades administrativas, denominadas de Delegacias, responsáveis pelo planejamento e execução das atividades finalísticas do órgão. Além disso, a PRF conta também com 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, distribuídos ao longo de toda a malha viária federal. Esta unidade jurisdicionada – 15ª SRPRF/RN, conta com sua sede administrativa situada na capital do Estado, Natal, quatro delegacias, que são unidades administrativas desconcentradas da superintendência e 08 (oito) postos de fiscalização, distribuídos ao longo de sua malha viária.

Essa enorme capilaridade da instituição, estando presente em todo o território nacional conforme já demonstrado acima, aliada a uma atuação extremamente padronizada por um sistema de capacitação e atualização permanente de seu efetivo, além de uma excelente capacidade de

mobilização, conferem à Polícia Rodoviária Federal uma extraordinária capacidade de cumprir com êxito sua missão e prestar um importante serviço à sociedade dentro de suas atribuições legais.

### 1.3 Organograma Funcional

A 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Natal/RN, está estruturada administrativamente de acordo com o organograma na página seguinte. Nele pode-se verificar a existência da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, que é uma unidade administrativa desconcentrada da Superintendência. Esta unidade jurisdicionada, a 15ª SRPRF/RN, possui quatro Delegacias, conforme quadro descrito abaixo.

Tabela 1.1 Delegacias de Polícia Rodoviária Federal na 15ª SRPRF/RN

<b>Delegacia</b>	<b>Sede</b>	<b>Postos de Fiscalização</b>	<b>Rodovias Patrulhadas</b>
<b>1ª Delegacia</b>	Macaíba	03	BR 101, 226 e 304
<b>2ª Delegacia</b>	S. Gonçalo do Amarante	01	BR 101 e 406
<b>3ª Delegacia</b>	Caicó	02	BR 226 e 427
<b>4ª Delegacia</b>	Mossoró	02	BR 110, 226, 304 e 405

A seguir está apresentado o organograma de uma superintendência da PRF, como a desta unidade jurisdicionada. Pode-se perceber aqui tratar-se de uma estrutura administrativa extremamente reduzida, haja vista a complexidade atual das atividades desenvolvidas pela PRF. Cabe destacar que esta estrutura não sofreu alterações significativas na última década, muito embora a atividade finalística nesse mesmo período tenha se desenvolvido enormemente.

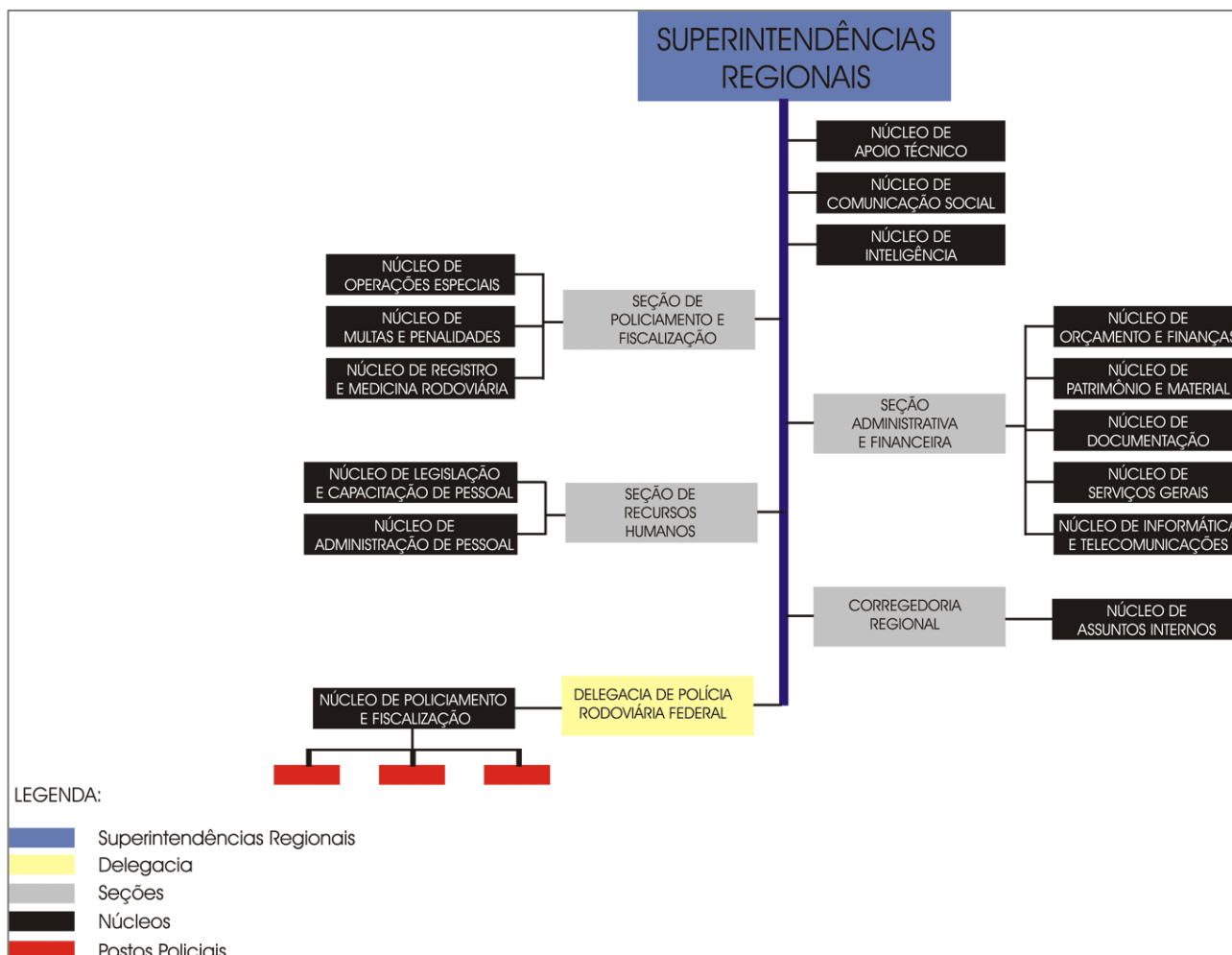


Figura 1.1 Organograma Funcional da 15ª SRPRF/RN

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Antes de adentrar nos macroprocessos finalísticos da instituição, cabe destacar que a Polícia Rodoviária Federal estabeleceu seu planejamento estratégico para o período de 2012 – 2020, no qual detalhou seu referencial estratégico e seus macroprocessos, finalísticos e de apoio, todos alinhados com sua missão institucional, com o fito de prestar um serviço de excelência à sociedade e entregar os produtos e serviços esperados.

Inicialmente cabe discorrer sobre o referencial estratégico desse plano, no qual a PRF definiu sua missão, sua visão de futuro e seus valores, que formam o substrato essencial para a

definição de seus objetivos. Nesse sentido, a PRF estabeleceu como sua missão **“Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”**, refletindo um modo de atuação fundado na prevenção, numa visão humanista, no respeito ao Estado Democrático de Direito, e na disponibilidade para servir a sociedade onde quer que seja solicitada.

Dentro dessa perspectiva, a PRF pretende num futuro próximo **“Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania”**, funcionando como fomentadora da ação estatal nas matérias em que detém um *know-how* reconhecido e consolidado, inclusive demandando outros órgãos públicos com vistas a promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do cidadão, a quem deve destinar todos os seus esforços, nos aspectos relacionados ao escopo de sua missão.

No cumprimento dessa missão, e buscando consolidar essa visão, a PRF agirá sempre calçada em valores sólidos, também referendados em seu plano estratégico e amplamente difundidos no seio da corporação, a saber: **Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.**

Com o foco no atendimento das necessidades do cidadão, e no fiel cumprimento da lei, a PRF estabeleceu quatro macroprocessos finalísticos dentro do seu Planejamento Estratégico 2008 – 2012, os quais se configuram nos principais eixos de sua atuação, para os quais todos os esforços e recursos estão voltados, haja vista pretenderem a satisfação da sociedade naquilo que lhe compete, dentro de suas atribuições legais, e aos quais está vinculada esta unidade jurisdicionada, e que seguem descritos abaixo.

#### 1.4.1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais.

##### **Descrição**

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Dentre os custos acima mencionados, podem-se mencionar os de natureza médico-hospitalares, previdenciários, resultantes dos congestionamentos do trânsito, resgate de pessoas acidentadas e remoção de veículos, perda da capacidade produtiva, adaptações na estrutura familiar, despesas judiciais, despesas com o aparato policial no atendimento de ocorrências, danos patrimoniais aos envolvidos e terceiros, além da dor e o sofrimento das vítimas dos acidentes e de

seus familiares e a perda da qualidade de vida dessas pessoas.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis. O gerenciamento adequado desses recursos passa obrigatoriamente pela oferta ao cidadão de um novo modelo de atendimento e tratamento das ocorrências de acidentes de menor gravidade, que gerem apenas danos materiais, cujo registro poderia ser feito pelos envolvidos posteriormente, sem a necessidade da presença policial no local, mas com a mesma validade, desde que obedecidos requisitos de certificação adequados.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

### **Indicadores**

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do Plano Estratégico 2012 - 2020, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos têm como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser



adequadamente documentado.

#### 1.4.2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

##### **Descrição**

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre

circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

### **Indicadores**

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

#### 1.4.3 Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

##### **Descrição**

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as

soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

### **Indicador**

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas

ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e consequentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos seguintes indicadores: **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

#### 1.4.4 Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

##### **Descrição**

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie

desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma ideia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

### **Indicador**

A aferição do nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de

pesquisa especializado, contratado para esse fim, pelo DPRF, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

A seguir estão descritos os macroprocessos de apoio de acordo com o que consta do Planejamento Estratégico 2012-2020, os quais dão o necessário suporte às atividades desenvolvidas pela instituição para a consecução dos seus fins, visando permitir a entrega dos produtos e serviços diretamente ligados aos macroprocessos finalísticos acima descritos.

Esta unidade jurisdicionada direcionou todos os seus esforços em ações focadas no atendimento das necessidades da sociedade dentro daquilo que lhe compete do ponto de vista legal, e estava relacionado às suas atribuições, observando a todo o momento aquilo que dispunham os macroprocessos de apoio conforme descritos abaixo.

Os macroprocessos de apoio do Planejamento Estratégico da PRF para 2008-2012 estão descritos a seguir, assim como um breve comentário naqueles em que esta UJ desenvolveu atividades a eles relacionadas.

### **1. Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito:**

Esta unidade jurisdicionada desenvolveu várias ações de educação para o trânsito ao longo do exercício de 2013, a cargo da Comissão Regional de Educação para o Trânsito, atingindo um público de aproximadamente 17.000 pessoas, por meio de palestras, exposições e outras iniciativas.

### **2. Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo:**

O fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo no âmbito dessa unidade foi objeto de várias ações ao longo do exercício, tais como o monitoramento de viaturas, o planejamento dos deslocamentos e posicionamento das equipes por meio dos cartões-programa de policiamento, a modernização das instalações da Central de Informações Operacionais – Ciop, responsável pelo acompanhamento da atividade operacional, entre outras iniciativas. Os resultados operacionais alcançados, descritos a seguir no item 2.2 deixam clara a atuação desta UJ alinhada a esse macroprocesso. A implantação do Sistema Sys-PD também veio a melhorar a gestão da atividade operacional, haja vista condensar todos os registros da atividade policial diária, permitindo um melhor gerenciamento da atividade.

### **3. Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos:**

As operações policiais voltadas ao combate aos crimes contra os direitos humanos também foram destaque na atuação desta UJ no exercício de 2013, especialmente às relacionados aos crimes

de exploração sexual infanto-juvenil e exploração do trabalho escravo.

#### **4. Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar:**

Neste macroprocesso de apoio esta UJ conta com a parceria com o SAMU Metropolitano e SAMU de Natal/RN para dar efetividade ao atendimento emergencial à vítimas de acidentes, e embora não realize diretamente o resgate de vítimas de acidentes, presta apoio operacional e material a os órgãos citados, inclusive com a cessão de viaturas tipo resgate.

#### **5. Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes:**

O aprimoramento do registro de ocorrências de acidente é uma preocupação constante desta 15ª SRPRF/RN, que criou para o exercício indicadores específicos para acompanhar sua qualidade e eficiência, conforme será demonstrado no item 2 deste relatório, desenvolvendo ações de capacitação para os policiais responsáveis pelo atendimento desses acidentes.

#### **6. Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa:**

A gestão participativa faz parte do dia-a-dia desta UJ, haja vista que o planejamento das ações, especialmente na atividade finalística, conta com a participação de todas as unidades que desempenham atividades operacionais, inclusive os policiais responsáveis diretos pela execução dos serviços tomam parte no processo decisório da atividade. Na área administrativa também ocorre o compartilhamento do planejamento e das soluções para o atendimento das demandas das áreas fim e meio da UJ, resultando num maior comprometimento de todos com os resultados.

#### **7. Implantar um modelo de gestão baseado em resultados:**

O modelo de gestão adotado pela 15ª SRPRF/RN está plenamente focado nos resultados, tanto que a aferição da atividade finalística da UJ está apoiada numa série de indicadores de resultados, monitorando um conjunto de ações e projetos vinculados ao Planejamento Estratégico da PRF.

#### **8. Desenvolver a cultura de gestão de projetos:**

Em 2013 esta unidade jurisdicionada passou a trabalhar com alguns projetos, especialmente na área finalística, os quais serão mencionados no item 2 do presente relatório. Esse modelo, que ainda está sendo trabalhado de forma incipiente nesta superintendência regional, já mostrou frutos positivos na medida em que mostrou-se um tratamento eficaz na condução de atividades que visam fornecer soluções adequadas para demandas do serviço, permitindo um acompanhamento mais preciso das ações e conseqüentemente a obtenção de resultados esperados.

#### **9. Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho:**

Esta UJ ainda não obteve êxito em realizar o mapeamento, otimização, padronização e sistematização de seus processos de forma intencional e disseminada, o que já está nos planos para ser realizado em 2014, iniciando-se pela Seção Administrativa e Financeira e seus núcleos. No entanto, algumas iniciativas isoladas já são adotadas há algum tempo, muito embora limitadas a

padronização de alguns processos. A área de recursos humanos, por exemplo, já dispõe de um conjunto de procedimentos padronizados para o atendimento do público interno, para o atendimento de suas diversas demandas junto à unidade.

#### **10. Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento:**

A 15ª SRPRF/RN tem buscado de forma incessante aprimorar o uso da tecnologia da informação na sua atividade do dia-a-dia, até porque o sucesso de suas ações e a prestação de um serviço de qualidade à sociedade. Na verdade, a atuação finalística da PRF depende fortemente de um fluxo de informações eficiente, haja vista que depende do acesso a vários sistemas informatizados que dão suporte às suas ações, tais como o BR-Brasil, Siger, Silver, Sys-PD, entre outros. Cabe ainda destacar a entrada em operação dos sistemas móveis da PRF, que dá acesso a vários sistemas de larga utilização pelos policiais para consultas de veículos e indivíduos por meio de smartphones, agilizando sobremaneira o acesso a informações relevantes para a atividade finalística.

#### **11. Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF:**

A UJ não tem gestão junto a este processo, a não ser na prestação de informações ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a quem cabe a atividade de fomento junto aos órgãos que tem poder para promover alterações legais e estruturais.

#### **12. Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional:**

A 15ª SRPRF/RN tem buscado e efetivamente obtido êxito no estabelecimento de parceria com vários órgãos cujas atribuições estão ligadas de alguma forma ao desempenho de suas atribuições. Como exemplos podem ser citadas as parcerias com os demais órgãos de segurança pública do estado, com o Ministério Público Federal e Estadual, SAMU, Ibama, entre outros. Cabe destaque aqui o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência, firmado em 2005 e que constitui-se um instrumento extremamente importante para a PRF e conseqüentemente para o cidadão, como será demonstrado no item 2 deste relatório.

#### **13. Fortalecer a imagem institucional da PRF:**

Esta unidade jurisdicionada por meio do seu Núcleo de Comunicação Social – Nucom tem buscado fortalecer a imagem institucional da PRF junto a sociedade por meio da divulgação constante dos resultados alcançado, e tem obtido um grande êxito nesse mister. A presença constante na mídia por meio de seus diversos veículos de comunicação, inclusive com contas no Twitter, tem contribuído bastante para o fortalecimento do nome da PRF junto a sociedade.



#### **14. Melhorar a comunicação interna e externa:**

A comunicação externa com a sociedade tem sido feita de forma eficiente pelo Nucom, como mencionado no processo anterior, no entanto, a comunicação interna do órgão ainda carece de uma maior atenção desta administração. Muito embora a UJ conte com canais interessantes em ambiente de rede para manter

#### **15. Adequar o quadro de pessoal às necessidades:**

A gestão desse processo está no DPRF, não tendo as unidades jurisdicionadas gestão sobre ele, haja vista que a adequação do efetivo é tratada diretamente junto a Ministério da Justiça.

#### **16. Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico:**

Esta UJ não dispõe dos meios necessários nem pessoal qualificado para trabalhar esse processo específico de forma adequada, não tendo havido ações nesse sentido em 2013.

#### **17. Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores:**

A política desta UJ relacionada ao tema busca manter elevado o moral do efetivo e sua motivação por meio de uma gestão participativa, compartilhamento de seus resultados e manutenção de canais de comunicação sempre abertos, além de buscar prover os meios necessários para o bom desempenho de suas funções.

#### **18. Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais:**

O sentimento de orgulho de pertencer a uma instituição como a PRF deve ser plantado e estimulado no seu efetivo, e isto vem sendo feito por esta UJ na medida em que tem, por meio dos seus canais de comunicação, difundido os resultados e conquistas institucionais, especialmente as relacionadas à satisfação dos interesses da sociedade, cuja repercussão positiva colabora para uma sensação de dever cumprido e reconhecimento por parte da comunidade do trabalho realizado.

#### **19. Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;**

Não sendo unidade orçamentária, a 15ª SRPRF/RN depende do orçamento a ser liberado pelo órgão central, muito embora esta UJ faça gestão junto ao DPRF para a obter o volume necessário para fazer frente as despesas e investimentos necessários.

#### **20. Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.**

A UJ deu início em 2012 e deu continuidade em 2013 à construção de três unidade operacionais, sendo duas delas para abrigar as sedes da 2ª e 3ª Delegacias, e, além disso, conseguiu licitar a reforma do Posto 01 da 3ª Delegacia, situado na B\$ 226, km 136, município de Campo Redondo. Além disso houve investimento em tecnologia da informação com a licitação de repetidoras para melhorar a comunicação via rádio, e a instalação de storages novos para armazenamento de arquivos para substituir o antigo servidor de rede, dando mais confiabilidade e robustez ao sistema.

## 1.6 Principais Parceiros

- Forças Armadas;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Ministério Público Federal;
- Ministério Público Estadual;
- Polícia Federal;
- Polícia Militar;
- Polícia Civil;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Ministério Público do Trabalho;
- Poder Judiciário Federal;
- Poder Judiciário Federal;
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

O planejamento operacional desta unidade jurisdicionada foi elaborado com fundamento no Planejamento Estratégico 2012 – 2020, cujos macroprocessos finalísticos e de apoio estão descritos no capítulo 1 do presente relatório, observando as diretrizes emanadas do DPRF/MJ, por meio de suas coordenações de área.

O planejamento das ações a serem desenvolvidas pela 15ª SRPRF/RN no exercício 2013 teve como objetivo principal a otimização dos recursos disponíveis, humanos e materiais, com vistas a alcançar os resultados esperados, relacionados aos serviços que a PRF deve prestar ao cidadão, de acordo com suas atribuições legais e seus macroprocessos finalísticos.

Para o ano de 2013 as atividades finalísticas planejadas pela UJ contemplaram principalmente as seguintes ações:

1. Fiscalização da embriaguez ao volante, do excesso de velocidade e ultrapassagens irregulares, além da não utilização do cinto de segurança e cadeirinha;
2. Fiscalização de motocicletas, motonetas e ciclomotores;
3. Integração das ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;
4. Promoção da integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização;
5. Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;
6. Implementação das ações para melhoria o atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito nas rodovias;
7. Atenção ao cidadão usuário das rodovias federais, prestando-lhe o auxílio necessário nas diversas situações adversas por ele possa passar, por meio de orientações ou encaminhamentos, visando cessar o fator que prejudique sua locomoção de maneira rápida, segura e confortável.
8. Estímulo às ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos. (Ex. FETRAN, Cinema Rodoviário, Transitando na escola, seminários, entre outros).
9. Desenvolver as atividades operacionais voltadas para a garantia dos direitos humanos; e

10. Utilização do SIGER na coleta, gerenciamento das informações e planejamento de ações operacionais;
11. Ampliar o uso dos sistemas operacionais e meios de comunicação, visando agilidade, qualidade e disponibilidade no registro/atendimento de ocorrências e no fornecimento de documentos e informações operacionais;
12. Planejar e orientar o policiamento a ser empregado, a escala de serviço, o uso do cartão programa de policiamento, dos comandos específicos, rondas e outras estratégias que deverão ser adequadas às necessidades da prestação dos serviços a sociedade.

Além dessas diretrizes, a área finalística desenvolveu suas atividades por meio de projetos, conforme descritos a seguir, cada um com várias ações incluídas e metas a serem atingidas.

**Projeto 01** - Plano de ação da CRET para o biênio 2012 – 2013, que trata das ações a serem desenvolvidas pela Comissão Regional de Educação para o Trânsito, tais como palestras educativas, participação em eventos relacionados ao tema “trânsito”, e o Programa Cinema Rodoviário.

**Projeto 02** – Implantação e estruturação do Corpo de Motociclismo da Regional (CMR), que trata da criação e emprego do Corpo de Motociclistas Regional, seguindo as diretrizes da CGO/DPRF, com o objetivo de fortalecer o patrulhamento ostensivo nos trechos urbanos de rodovia da capital e atuar em situações de escoltas de acordo com as atribuições legais da PRF, além de seu emprego nos grandes eventos como ocorreu com a Copada das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, além da Copa do Mundo 2014 da FIFA.

**Projeto 03** - Redução da Taxa de Acidentalidade e Mortalidade, que trata de um conjunto de ações com vistas a impactar positivamente na redução do número de acidentes graves e mortos nas rodovias federais.

**Projeto 04** - Adequação da Central de Informações Operacionais (Ciop), que trata da melhoria das instalações da Ciop, responsável pelo controle, registros e todo o fluxo de informações da atividade finalística, além do atendimento remoto ao cidadão usuário das rodovias federais.

**Projeto 05** - Implantação e Estruturação dos Grupos de Policiamento Tático (GPT), que trata da criação e estruturação de equipes de policiamento especializadas, atuando fora da escala de serviço normal, agindo em atividades específicas, especialmente de combate à criminalidade, constituindo-se uma ferramenta importante na gestão operacional das delegacias em que atuam.

**Projeto 06** - Redução da Taxa de Criminalidade, que trata de um conjunto de ações a ser desenvolvido no âmbito da UJ visando a promoção de um combate mais efetivo às práticas delituosas de diversas naturezas.

**Projeto 07** – Plano de Ação para a COPA 2014 da FIFA, que traz um conjunto de ações preparatórias para a atuação desta 15ª SRPRF/RN durante o evento citado na cidade sede de Natal/RN.

Para o acompanhamento da efetividade das ações planejadas, foram criados diversos indicadores de resultados e metas, alguns estabelecidos diretamente pelo órgão central (DPRF) e outros estabelecidos pela própria UJ a partir das diretrizes da CGO/DPRF. A tabela 2.1 a seguir descreve esses indicadores.

Tabela 2.1 Indicadores de resultados para o acompanhamento da atividade finalística

<b>INDICADORES DE POLICIAMENTO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>POLARIDADE</b>
Veículos Fiscalizados	DPRF	Positiva
Pessoas Fiscalizadas	DPRF	Positiva
Testes de Alcoolemia	DPRF	Positiva
Autuações de Alcoolemia	15ª SRPRF/RN	Positiva
Prisões por Alcoolemia	15ª SRPRF/RN	Positiva
Autuações por não uso do cinto de segurança	15ª SRPRF/RN	Positiva
Veículos retidos	15ª SRPRF/RN	Positiva
Autuações por ultrapassagens proibidas	15ª SRPRF/RN	Positiva
<b>INDICADORES DE ACIDENTES</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>POLARIDADE</b>
Quantidade de Acidentes	DPRF	Negativa
Quantidade de Acidentes Graves	DPRF	Negativa
Quantidade de Feridos Graves	DPRF	Negativa
Quantidade de Mortos	DPRF	Negativa
BATs retificados	15ª SRPRF/RN	Negativa
BATs concluídos fora do prazo	15ª SRPRF/RN	Negativa
Tempo médio de conclusão de BAT	15ª SRPRF/RN	Negativa
Tipificação dos acidentes como “outras causas”	15ª SRPRF/RN	Negativa
<b>INDICADORES DE CRIMINALIDADE</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>POLARIDADE</b>
Ocorrências de apreensão de drogas	15ª SRPRF/RN	Positiva
Pessoas detidas	15ª SRPRF/RN	Positiva
Veículos Recuperados	15ª SRPRF/RN	Positiva
Ocorrências de apreensão de contrabando/descaminho	15ª SRPRF/RN	Positiva
Ocorrências de crimes ambientais	15ª SRPRF/RN	Positiva
Armas apreendidas	15ª SRPRF/RN	Positiva

OUTROS INDICADORES	ORIGEM	POLARIDADE
Quantidade de autos de infração	15ª SRPRF/RN	Positiva
Autos de infração incluídos no sistema de multas fora do prazo	15ª SRPRF/RN	Negativa
Interdição de rodovias	15ª SRPRF/RN	Negativa

## 2.2 Ações

Quadro 2.1 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	201C					<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON					
<b>Iniciativa</b>	03DO Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania				<b>Código: 2070</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
169.358,26	169.358,26	169.358,26	162.076,11	162.076,01	0,00	7.282,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Operação Apoiada</b>		<b>Unidade</b>			169.358,26	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Operação apoiada		<b>Unidade</b>	
Fonte : Siafi Gerencial						

Quadro 2.2 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2723					<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
<b>Iniciativa</b>	03EH Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. Código: 0833					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania				<b>Código: 2070</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.971.192,25	1.971.192,25	1.971.192,25	1.856.723,03	1.856.723,03	0,00	114.469,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Procedimento Realizado</b>		<b>Unidade</b>			1.971.192,25	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
247.620,23	239.803,36	7.816,87	Procedimento Realizado		<b>Unidade</b>	
Fonte : Siafi Gerencial						

Quadro 2.3 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	200G				<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal					
<b>Iniciativa</b>	03E1 Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830					
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>				<b>Código: 2070</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
507.638,84	507.638,84	507.638,84	7.424,11	7.424,11	0,00	500.214,73
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Obra Realizada</b>		<b>Unidade</b>				507.638,84
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.569.323,02	792.786,37	776.536,65	Obra Realizada		Unidade	
Fonte : Siafi Gerencial						



Quadro 2.4 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8698					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação						
<b>Iniciativa</b>	03E1 Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.						
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830						
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>					<b>Código: 2070</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
212.837,17	212.837,17	212.837,17	138.712,73	137.994,51	0,00	74.124,44	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Sistema Mantenido</b>		<b>Percentual</b>				212.837,17	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
298.731,05	141.295,37	157.435,68	sistema mantenido	percentual			
Fonte: Siafi Gerencial							

Quadro 2.5 – AÇÕES OFSS (QUADRO A.2.2.3.1 DA PORT. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	86A1			<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Título</b>	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal					
<b>Iniciativa</b>	03EH Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. Código: 0833					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania			<b>Código: 2070</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Nao Processados
7.420,65	7.420,65	7.420,65	7.420,65	7.420,65	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Multa processada</b>		<b>Unidade</b>			7.420,65	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Multa processada</b>		<b>Unidade</b>	
Fonte: Siafi Gerencial						

Quadro 2.6 – AÇÕES OFSS (QUADRO A.2.2.3.1 DA PORT. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	7U23				<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Título</b>	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
<b>Iniciativa</b>	03EE Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da copa 2014.					
<b>Objetivo</b>	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração da ações e execução dos projetos.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania				<b>Código: 2070</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério da Justiça					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
678.286,17	678.286,17	678.286,17	405.697,80	405.697,80	0,00	272.588,37
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Sistema Implementado</b>		<b>Percentual de execução</b>				678.286,17
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	<b>Sistema Implementado</b>	<b>Percentual de execução física</b>		

Quadro 2.7 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça		Código: 2112		Tipo: Gestão	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.037.159,82	2.037.159,82	2.037.159,82	1.797.999,32	1.724.958,41	0,00	239.160,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
não se aplica			Previsto	Reprogramado	Realizado	
					2.037.159,92	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
403.960,86	279.383,71	124.577,15	não se aplica			

Quadro 2.8 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8785		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes		Código: 2126		Tipo:	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.925,49	31.925,49	31.925,49	31.925,49	31.925,49	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
não se aplica			Previsto	Reprogramado	Realizado	
					31.925,49	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>0,00</b>	0,00	<b>0,00</b>	não se aplica			
Fonte : Siafi Gerencial						

Quadro 2.9 – AÇÕES OFSS (QUADRO A.2.2.3.1 DA PORT. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14VN		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão					<b>Código:</b>
	2125	Tipo: Gestão				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
447.660,45	447.660,45	447.660,45	447.660,45	447.660,45	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
não se aplica						447.660,45
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>0,00</b>	0,00	<b>0,00</b>	não se aplica			
Fonte : Siafi Gerencial						

Quadro 2.10 – AÇÕES OFSS (Quadro A.2.2.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20RM			<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Exames e Avaliações da Educação Básica					
<b>Iniciativa</b>	02C6 Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que geram subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional.					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações					
<b>Programa</b>	Educação Básica		Código: 2030		Tipo:	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
2.454,52	2.454,52	2.454,52	2.454,52	2.454,52	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
não se aplica					2.454,52	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	não se aplica			
Fonte : Siafi Gerencial						

## 2.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar

Quadro 2.11 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS (Quadro A.2.2.3.3 – da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	8623			<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Título</b>	Reforma e Modernização de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No				
<b>Iniciativa</b>	03EI- Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da				
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
<b>Programa</b>	Segurança Pública com	<b>Código: 2070</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
40.500,00	40.500,00	0,00	Unidade	Unidade	40.500,00
Fonte : Siafi Gerencial					

Quadro 2.12 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS (Quadro A.2.2.3.3 – da Port. TCU 175/2013)

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2524			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Capacitação dos Servidores do Departamento da Polícia Rodoviária Federal				
<b>Iniciativa</b>	03DY – Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União				
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
<b>Programa</b>	Segurança Pública com	<b>Código: 2070</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
70.502,76	70.502,76	0,00	não se aplica		70.502,76
Fonte : Siafi Gerencial					

## 2.3 Análise Situacional e Resultados da Gestão

Com vistas a permitir uma avaliação adequada das atividades desenvolvidas por esta 15<sup>a</sup> SRPRF/RN no exercício de 2013, objeto do presente relatório, seguem abaixo os resultados alcançados por esta unidade a partir da análise dos indicadores já mencionados no subtítulo 2.1 deste relatório,

Considerando a atividade finalística da unidade, no exercício de 2013 foram realizadas 170 (cento e setenta) operações policiais, dentre as quais podemos mencionar a escolta de autoridades e valores, de enfrentamento a criminalidade (crimes ambientais, de trânsito, tráfico de drogas, exploração sexual infanto-juvenil, roubo de carga, fraudes veiculares, entre outras), de reforço de policiamento, operações especiais do calendário nacional, como Carnaval, Semana Santa e Corpus Christi, além de cumprimento de mandados judiciais em apoio aos Poder Judiciário e Ministério Público.

Em 2013 esta UJ também prestou apoio logístico e operacional à 11<sup>a</sup> SRPRF/PE e 16<sup>a</sup> SRPRF/CE na Operação Copa das Confederações 2013 e à 5<sup>a</sup> SRPRF/RJ por ocasião da Operação Jornada Mundial da Juventude, cedendo policiais, viaturas e equipamentos nos meses de junho e julho respectivamente, a estas unidades jurisdicionadas. Além disso também presta o mesmo apoio a outras regionais por solicitação da Coordenação Geral de Operações em outras operações, reforçando trechos de maior movimento em outras unidades, ou participando de operações como a Operação Sentinela, dentro da Estratégia nacional de Fronteiras – ENAFRON.

Na Tabela 2.2 a seguir mostra os resultados alcançados em comparação com as metas estabelecidas para os indicadores mencionados na Tabela 2.1, constante do subtítulo 2.1. Como se pode perceber na Tabela 2.2 a seguir esta UJ atingiu 05 metas num total de 07 indicadores definidos pelo nosso órgão central, o DPRF, diretamente relacionadas aos programas nos quais a instituição tem responsabilidade na execução dentro do PPA.

Como resultados relevantes destaca-se o acréscimo de 8,3% no número de veículos fiscalizados e 5,6% no número de pessoas fiscalizadas, números bastante expressivos, que resultam numa média aproximada de 500 veículos abordados e fiscalizados por dia. Também digno de destaque foi o atingimento das metas de redução de taxa de acidentes graves, feridos graves e mortos, na proporção de 0,8%, 5,0% e 4,6%, respectivamente, o que representa, em tese, uma 6 acidentes graves, 34 feridos graves e 10 mortos a menos que o esperado.




Tabela 2.2 Indicadores e Metas para o Exercício 2013.

INDICADORES DE POLICIAMENTO	META	RESULTADO	% ATINGIDO
1. Veículos Fiscalizados*	170820	184943	+ 8,3%
2. Pessoas Fiscalizadas*	170820	180409	+ 5,61%
3. Testes de Alcoolemia*	47085	26550	- 43,61%
4. Autuações de Alcoolemia	1878	1677	- 10,70%
5. Prisões por Alcoolemia	624	445	- 28,7%
6. Autuações por não uso do cinto de segurança	2890	3299	+ 14,1%
7. Veículos retidos	1362	1417	+ 4,0%
8. Autuações por ultrapassagens proibidas	10898	7849	- 28,0%
INDICADORES DE ACIDENTES	META	RESULTADO	% ATINGIDO
9. Quantidade de Acidentes*	3880	3943	+ 1,61%
10. Quantidade de Acidentes Graves*	694	689	- 0,8%
11. Quantidade de Feridos Graves*	704	669	- 5,0%
12. Quantidade de Mortos*	219	209	- 4,6%
13. BATs retificados	773	23	- 97,0%
14. BATs concluídos fora do prazo	1066	1008	- 5,4%
15. Tempo médio de conclusão de BATs (dias)	5	6,75	+ 35,0%
16. Classificação dos acidentes (outras causas)	773	2336	+ 202,1%
INDICADORES DE CRIMINALIDADE	META	RESULTADO	% ATINGIDO
17. Ocorrências de apreensão de drogas	63	89	+ 41,3%
18. Pessoas detidas	1495	1393	- 6,8%
19. Veículos Recuperados	103	121	+ 17,6%
20. Ocorrências de apreensão de contrabando	36	9	- 74,8%
21. Ocorrências de crimes ambientais	37	63	+ 71,4%
22. Armas apreendidas	45	64	+ 41,7%
OUTROS INDICADORES	META	RESULTADO	% ATINGIDO
23. Quantidade de autos de infração	47800	51313	+ 7,4%
24. Autos de infração incluídos fora do prazo	1830	1162	- 36,5 %
25. Interdição de rodovias	70	18	- 74,4 %

\*Indicadores e metas estabelecidos pelo DPRF para esta unidade jurisdicionada.

 Meta atingida.

 Meta não atingida.

Em dois desses indicadores, no entanto, a UJ não conseguiu atingir a meta proposta, quais sejam, a taxa de variação de acidentes e a quantidade de testes de alcoolemia. No primeiro indicador a meta, de polaridade negativa, foi ultrapassada em 1,6%, ou seja, a UJ atingiu nesse indicador um índice de 98,4%, o que não se torna relevante diante do sucesso obtido na redução de acidentes graves, feridos e mortos, indicadores de muito maior relevância, haja vista tratar de situações que

causa maior impacto na vida das pessoas envolvidas, com elevados custos econômicos, sociais e pessoais.

No caso dos testes de alcoolemia, foi registrada uma redução de mais de 40% no número de testes esperados para o exercício, cuja meta prevista era de 47.085 testes, e foram realizados 26.550 testes. Embora tendo atingido menos de 60 % do número de testes esperado, foram atingidas cerca de 90% da meta de autuações por embriaguez e mais de 70% da meta de prisões pelo mesmo motivo. Um dos fatores que dificultaram a ação da UJ em relação a este tipo de fiscalização foi a insuficiência de etilômetros em condições de uso, haja vista que esta Regional dispõe de 35 aparelhos já com mais de muitos anos de uso, e são bastante propensos a apresentar defeitos, sendo inclusive muito sensíveis a serem operados em temperaturas elevadas como as de nossa região.

Além disso houve demora na realização da manutenção e aferição desses equipamentos, por em razão do tempo decorrido na conclusão do processo de contratação da empresa responsável pela manutenção dos equipamentos, sediada em São Paulo, e única autorizada pelo fabricante para tal atividade, por causa da mudança no modelo de contratação utilizado por recomendação da CJU-AGU/RN. O tempo necessário para a realização da manutenção em São Paulo é de cerca de trinta dias, considerando-se o envio, manutenção e recebimento dos equipamentos. Além disso, em razão da idade desses etilômetros, verificou-se o reaparecimento dos problemas em vários aparelhos após a manutenção, depois de pouco tempo de uso, mas fora do período de garantia.

Analisando-se os demais indicadores da Tabela 2.1, aqueles criados pela UJ para o acompanhamento de seus diversos serviços, verifica-se que dos 18 indicadores restantes, em 11 deles as metas foram atingidas. Alguns de grande relevância social foram alcançados, como os relacionados às apreensões de armas e drogas, as ocorrências de crimes ambientais e a de veículos recuperados.

Com relação aos Boletins de Acidentes de Trânsito – BAT, resultante do levantamento de locais de acidente, um dos serviços que mais se identificam com a nossa instituição, houve avanços na melhoria do atendimento ao cidadão, haja vista o atingimento das metas de BATs concluídos fora do prazo (Item 14 na Tabela 2.1) e de BATs retificados, ou seja, nos quais houve necessidade de correção ou inclusão de informações a pedido do cidadão envolvido em uma ocorrência qualquer.

Quanto a análise dos projetos elencados no subtítulo 2.1, todos foram executados plenamente, com destaque para ações do **Projeto 01 - Plano de ação da CRET para o biênio 2012 – 2013**, que em 2013 por meio das ações de palestras e eventos alcançaram **8.863** pessoas, enquanto o Cinema Rodoviário, 7.690 pessoas foram sensibilizadas com vídeos educativos, um número bastante significativo.

Quanto ao **Projeto 02** – Implantação e estruturação do Corpo de Motociclismo da Regional (CMR), este foi totalmente implementado, com a criação do grupo que hoje atua plenamente com 06 policiais no patrulhamento ostensivo dos perímetros urbanos das rodovias BR 101 na grande Natal e em apoio a eventos, realizando escoltas e participando de operações especiais.

**O Projeto 03** - Redução da Taxa de Acidentalidade e Mortalidade, teve a maioria de suas ações executadas, muito embora algumas não tenham sido concluídas. Em relação ao **Projeto 04** - Adequação da Central de Informações Operacionais (Ciop), várias melhorias na Ciop foram realizadas, em termos de infraestrutura e equipamentos, além de um novo processo seletivo interno para novos plantonistas. No entanto a ação mais importante foi a contratação do serviço de teleatendimento, que vai propiciar um elevado retorno a sociedade reduzindo o tempo de espera no atendimento do 191, e facilitando a gestão operacional na medida em que libera o plantonista da obrigação de atender diretamente ao telefone.

**O Projeto 05** - Implantação e Estruturação dos Grupos de Policiamento Tático (GPT), também foi exitoso, na medida em que três das quatro delegacias contam hoje com seus GPT, melhorando a gestão operacional e maximizando os resultados.

**O Projeto 06** - Redução da Taxa de Criminalidade, que ficou a cargo do Núcleo de Operações Especiais – NOE não teve bom andamento, devido às constantes convocações da equipe desse núcleo para operações fora do estado, inviabilizando o trabalho. Já o **Projeto 07** – Plano de Ação para a COPA 2014 da FIFA, avançou significativamente, principalmente na preparação da logística para o evento, com diversas contratações para a melhoria das instalações prediais, comunicações e outros meios para serem utilizados no evento.

Considerando o que foi exposto acima esta UJ cumpriu de forma adequada aquilo a que se propôs em termos finalísticos, alcançando a maioria das metas que lhe foram atribuídas, ainda mais se considerarmos que o efetivo disponível para a execução de suas atividades foi constantemente solicitado a apoiar ações em outras regionais e a dois grandes eventos no ano de 2013, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude. Grosso modo, é razoável afirmar que esta UJ conta, em média, com cerca de 80% de sua força de trabalho atuando na sua circunscrição, considerando o envio de policiais para operações e cursos ao longo do ano.,

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ (Quadro A.3.2 da Port. TCU 175/2013)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3.1.1 Análise Crítica

Preliminarmente, cumpre registrarmos que esta UJ compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados.

Como função administrativa, o controle precisa de um sistema de informação e avaliação, com a finalidade de assegurar o cumprimento do planejado, sob pena de a condução dos negócios públicos se transformarem em uma mera improvisação. A respeito dos controles internos da UJ importa esclarecer que há sistemas de controle e gestão adequados a cumprir com eficácia essa papel, de modo que produz informações adequadas e relevantes para a tomada de decisão.

Alguns sistemas já implantados e outros em vias de implantação propiciam à unidade acompanhar suas atividades e monitorar o nível e serviço que vem sendo desenvolvido, especialmente na atividade finalística, como O BR-Brasil, o Siger, o Silver, o Sistema de Protocolo, o SysPD, o Sipac, e o Sistema de Monitoramento de Viaturas, entre outros.

O sistema BR-Brasil, por exemplo, condensa todas as informações relativas a acidentes de trânsito registrados pela PRF, permitindo a cidadão ter acesso ao seu BAT pela internet de qualquer lugar do país, além de permitir à administração um acompanhamento eficaz de todo o processo de atendimento da ocorrência, desde o acionamento do cidadão solicitando a presença da PRF no local até o encerramento do BAT, passando por todas as suas fases. Além disso, o sistema armazena uma série de dados úteis à gestão operacional da UJ.

O Siger é um sistema de gerenciamento que produz informações gerenciais a partir dos sistemas BR-Brasil e o Sistema de Multas, sendo uma ferramenta de extrema importância para a elaboração do planejamento das atividades de policiamento da UJ.

Há ainda o Syspd, que se trata de um sistema de registro diário de todas as informações de serviço em cada unidade operacional da UJ, de modo que tudo que ocorreu durante um turno de serviço em qualquer dos postos de fiscalização é registrado e está acessível em tempo real pela gestão, além de gerar um banco de dados disponível para futuras consultas. Ambos os sistemas foram largamente utilizados no planejamento, monitoramento e avaliação da atividade finalística no exercício 2013.

O sistema de monitoramento de viaturas, já em pleno funcionamento, mostra em tempo real a localização de cada viatura operacional em uso, de modo que a gestão operacional, por meio da Ciop, tem como acompanhar o andamento do atendimento de ocorrências de diversas naturezas,

mobilizar a equipe que estiver mais próxima do local, reduzindo o tempo de atendimento ao cidadão, além de permitir acompanhar se as equipes estão cumprindo a programação determinada pela gestão, no local e horário adequados.

Esses exemplos de sistemas de controle interno demonstram que UJ dispõe de ferramentas adequadas e suficientes para manter um nível aceitável de controle interno de suas atividades, especialmente na área finalística, embora careça de sistemas adequados para o controle de alguns processos internos a atividade meio, como os processos de aquisições, locações, entre outros, que seriam melhor monitorados num sistema informatizado.

No entanto, em que pese a existência de sistemas adequados para a maioria dos controles, as dificuldades da gestão, especialmente na atividade meio, residem na insuficiência de servidores e de capacitação na área de gestão, licitações, contratos, entre outros. O DPRF tem investido maciçamente na capacitação de servidores para a atividade finalística, o que não vem ocorrendo com os servidores da atividade meio, acarretando um descompasso considerável entre as duas áreas.

Além disso, as instalações prediais para a atividade meio na sede desta UJ não comportam mais a quantidade de pessoas e equipamentos existentes e necessários para o bom desempenho dessa atividade, repercutindo também negativamente nos controles internos. Essa questão deverá ser tratada nos próximos exercícios.

Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF.

Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa. Destaca-se em 2013 a realização de capacitação para gestores da PRF (Direção-Geral e Superintendentes) acerca da temática Ética no Serviço Público.

### **3.2 Sistema de Correição**

A apresentação do Sistema de Correição da UJ atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, explicitando a estrutura e as atividades do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal, o qual é integrado pela Corregedoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) unidades desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal; além de evidenciar os principais resultados alcançados no ano de

2012.

A Corregedoria Regional da 15ª SRPRF/RN, dentro do Organograma da Regional, está subordinada diretamente ao Superintendente Regional, contando com um efetivo atual de 05 (cinco) Servidores atuando diretamente na atividade correcional.

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo art. 10 dispõe que compete à Corregedoria-Geral do DPRF, com o auxílio das Corregedorias Regionais, dentre outras funções: planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas.

Para bem conduzir sua missão a Corregedoria Regional possui um Núcleo de assuntos Internos e uma Comissão Permanente de Sindicância, os quais são responsáveis pelas diversas funções que abrangem suas atribuições regimentais.

Cabe às Corregedorias Regionais o planejamento, a supervisão e a execução das atividades correicionais no âmbito das Superintendências e Distritos Regionais da PRF, com circunscrição em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura orgânica, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação, e a Corregedora-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central, que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

No que se refere à aplicação de penalidades disciplinares os Dirigentes Regionais e a Corregedoria-Geral possuem competência para aplicar, na escala crescente da gravidade dos fatos apurados, até 30 (trinta) dias de suspensão. Penalidades que extrapolem esse quantitativo são de competência do Ministro de Estado da Justiça.

No ano de 2013 entraram nesta 15ª SRPRF/RN 30 processos de natureza disciplinar, e foram instaurados 10 procedimentos, dos quais 06 Processos Administrativos Disciplinares e 04 Sindicâncias Administrativas Disciplinares. No exercício foram encerrados 18 processos no total.

A Corregedoria Regional desta UJ atua também de forma preventiva por meio de inspeções



preventivas, denominadas Acompanhamento Gerencial do Serviço - AGS. Essa ferramenta permite a identificação e correção imediata de irregularidades funcionais de menor gravidade, advertindo o responsável para evitar situações futuras, o que repercute positivamente para a mudança de postura e reduz o número de apurações disciplinares em médio prazo. Esses AGS são realizados de forma inopinada e principalmente em períodos de operações especiais como Carnaval e Semana Santa, por exemplo, com o objetivo também de garantir o fiel cumprimento do planejamento operacional.

### **3.3 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU**

Atendendo ao que dispõe o subitem 3.5 da Portaria – TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, salientamos que os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, expedida pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tratam dos prazos para inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, bem como da integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, foram integralmente atendidos pela Corregedoria Regional da 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

## 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO DA DESPESA

### 4.1 Execução da Despesa

#### 4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4.1 - Quadro Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Quadro A.4.1.2.1 da Port. TCU 175/2013)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	200109	200123	30107 06122211220000001			2.001.857,49
	200109	200123	30107 06181207020IC0001			163.850,26
	200109	200123	30107 061812070200G0001			500.214,73
	200109	200123	30107 06181207027230001			1.940.096,25
	200109	200123	30107 06181207086A 10001			7.420,65
	200109	200123	30107 06181207086980001			204.904,67
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	200109	200123	30107 06122211220000001	35.302,33		
	200109	200123	30107 06181207020IC0001	5.508,00		
	200109	200123	30107 061812070200G0001	7.424,11		
	200109	200123	30107 06181207027230001	31.096,00		
	200109	200123	30107 06181207086980001	7.932,50		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte : Siafi Gerencial

Quadro 4.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Quadro A.4.1.2.2 da Port. TCU 175/2013).

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	201002	200123	47101 04121212514VN0001			447.660,45
	200094	200123	30101 0618320707U230001			405.697,80
	153978	200123	26290 12368203020RM0001			2.454,52
	395001	200123	39253 26122212687850001			31.925,49
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	200094	200123	30101 0618320707U230001	272.588,37		

Fonte : Siafi Gerencial

#### 4.1.2 Realização de Despesa

##### 4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 4.3 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (Quadro A.4.1.3.5 a Porta. TCU 175/2013)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>2.451.620,92</b>	<b>2.733.581,09</b>	<b>2.450.902,70</b>	<b>2.733.581,09</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	706.628,59	-	706.628,59
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.451.620,92	2.026.952,50	2.450.902,70	2.026.952,50
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>328.484,22</b>	<b>336.102,38</b>	<b>326.595,33</b>	<b>336.102,38</b>
h) Dispensa	285.125,16	311.304,98	283.236,27	311.304,98
i) Inexigibilidade	43.359,06	24.797,40	43.359,06	24.797,40
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.964.877,66</b>	<b>1.369.175,34</b>	<b>1.964.877,66</b>	<b>1.369.175,34</b>
k) Pagamento em Folha	-	55.605,66	-	55.605,66
l) Diárias	1.964.877,66	1.313.569,68	1.964.877,66	1.313.569,68
<b>5. Outros</b>	<b>113.111,31</b>	<b>83.889,46</b>	<b>41.959,29</b>	<b>83.889,46</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.858.094,11</b>	<b>4.522.748,27</b>	<b>4.784.334,98</b>	<b>4.522.748,27</b>

Fonte: Siafi Gerencial

#### 4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 4.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Quadro

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08 – Outros Benefícios Assistenciais	-	55.605,66	-	55.605,66	-	-	-	55.605,66
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
14 - Diárias – civil	1.964.877,66	1.313.569,68	1.964.877,66	1.313.569,68	-	-	1.964.877,66	1.313.569,68
39 - Outros Serviços de Terceiros	1.120.077,29	826.472,94	477.816,46	613.169,72	642.260,83	213.303,22	475.209,35	613.169,72
37 - Locação de mão-de-obra	1.080.152,92	901.239,67	971.925,03	829.708,67	108.227,89	71.531,00	971.925,03	829.708,67
Demais elementos do grupo	1.540.974,44	1.324.001,29	1.379.693,45	999.865,95	161.280,99	324.135,34	1.308.541,43	999.865,95
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4 – Investimentos</b>								
52 – Equip. e Material Permanente	352.427,20	304.368,21	56.357,40	4.200,00	296.069,80	300.168,21	56.357,40	4.200,00
51 – Obras e Instalações	7.424,11	2.046.597,29	7.424,11	706.628,59	-	1.339.968,70	7.424,11	706.628,59
39 – Outros Serviços de Terceiros	-	8.188,00	-	-	-	8.188,00	-	-
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte : Siafi Gerencial

A.4.1.3.6 da Port. TCU 175/2013)

#### 4.1.2.3 Análise Crítica da Realização da Despesa

Houve uma redução considerável no registro de restos a pagar em relação a 2012, na ordem de R\$ 1.049.454,96. Também se observou um aumento despesa com diárias, que responde por 32,39% da despesa total da unidade, enquanto em 2012 correspondeu a 19,37% .

Esse acréscimo se deve ao incremento da atividade operacional no DPRF e nesta UJ, bem como á duas grandes operações realizadas no exercício, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, nas quais essa UJ enviou policiais, viaturas e equipamentos para reforçar o policiamento nos locais de realização desses eventos, a partir de convocação do DPRF.

Apesar do advento da Copa 2014 a despesa com investimento em equipamentos e bens móveis praticamente permaneceu a mesma de 2012, e não recebemos orçamento para novas obras. Em relação as demais despesas, estas permaneceram estáveis, com um pequeno acréscimo na terceirização devido as repactuações contratuais e em serviços de terceiros decorrente das manutenções em alguns postos e na sede.

#### 4.2 Movimentação e os Saldos de restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 4.5 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores (Quadro A.4.3 da Port. TCU 175/2013)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.257.294,47	R\$ 1.488.727,26	R\$ 768.567,21	R\$ 0,00
2011	R\$ 378.246,03	R\$ 75.544,31	R\$ 302.701,72	R\$ 0,00
...				
Fonte: Siafi Gerencial				

##### 4.2.1 Análise Crítica

Os elevados valores de restos a pagar constantes do quadro acima se referem ao cancelamento de empenhos referente a construção de três unidades operacionais desta UJ, quais sejam: Posto 01 e Sede da 2º Delegacia (Km 161 da BR 406), Posto 02 e Sede da 3ª Delegacia (km 107 da BR 427) e Posto 01 da 4ª Delegacia (km 57 da BR 304). Essas obras foram paralisadas pela empresa responsável pela construção, a Konstruções e Serviços Ltda. – ME.

O valor total dos empenhos cancelados (2011NE800561 98, 2012NE800283 91 e 2012NE800286 91) foi de R\$ 648.012,23 (seiscentos e quarenta e oito mil, doze reais e vinte e três centavos). A empresa abandonou as obras sem justa causa, razão pela qual a UJ abriu os processos de apuração das irregularidades nos termos da Lei n.º 8.666/93 para a aplicação das penalidades cabíveis, e ainda no mesmo exercício de 2013 realizou novas licitações para dar continuidade aos serviços, nas quais obteve total êxito.

Além do cancelamento dos empenhos das obras houve também o cancelamento de um empenho (2012NE800426 06) da ALKCOM INDUSTRIAL LTDA – ME, no valor de

R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), relativo aquisição de torres de rádio, por meio de uma Intenção de Registro de Preços da 4ª SRPRF/MG, em que esta UJ era participante. A empresa teve problemas na documentação que não foram solucionados até o fim do prazo para empenho.

## **5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

### **5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade**

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

Quadro 5.1 – Força de Trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.1 da Port TCU 175/2013)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	271	24	01
<b>1.1. Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>	-	271	24	01
<b>1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</b>	-	271	24	01
<b>1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</b>	-	-	-	-
<b>1.3. Servidores de carreira em exercício provisório</b>	-	-	-	-
<b>1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</b>	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	-	271	24	01

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.2 da Port. TCU 175/2013)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	01
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	01
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	01
4.1. Doença em Pessoa da Família	01
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	03

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

Quadro 5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12) (Quadro A.5.1.2.1 da Port. TCU 175/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	1	1	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	26	26	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	26	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	27	27	-	-



5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

(Quadro A.5.1.2.2 da Port. TCU 175/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	18	91	118	40	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	18	91	118	40	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	18	91	118	40	4

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade  
 Quadro 5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.2.3 da Port TCU 175/2013).

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	1	2	62	178	0	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	2	62	178	0	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	4	23	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	4	22	0	0	0
<b>Totais (1+2)</b>	0	0	1	2	66	201	0	1	0
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b><u>Nível de Escolaridade</u></b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

## 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.3.1 da Port. TCU 175/2013)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	23.108.248,31	18.889,24	3.000.839,05	9.368,19	2.258,16	1.452.386,26	11.700,84	2.114,78	69.673,60	27.675.478,43
	2011	22.201.400,20	9.948,07	2.707.063,67	10.330,92	7.087,41	1.441.158,57	12.568,48	0,00	72.464,92	26.462.022,24
	2010	21.270.300,81	8.114,39	2.691.278,78	185.593,95	20.562,52	1.184.939,10	3.789,72	1.099,65	56.015,56	25.421.694,48
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

**RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012 – 15ª SRPRF/RN**

<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	130.852,80	29.102,76	23.299,25	0	0	8.136,00	0,00	0,00	0,00	191.320,81
	<b>2011</b>	142.491,95	28.132,66	25.636,10	0	0	7.815,58	671,18	0,00	386,61	205.134,08
	<b>2010</b>	116.682,28	29.102,76	12.364,10	0	0	3.648,00	0,00	0,00	316,82	162.113,96
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	2.328.055,05	74.237,21	310.946,87	0,00	0,00	120.025,82	768,20	908,98	4.533,04	2.839.475,17
	<b>2011</b>	2.568.756,10	84.553,47	365.437,25	0,00	0,00	128.848,97	1.694,34	0,00	5.949,68	3.155.239,81
	<b>2010</b>	2.706.732,60	93.946,37	349.194,60	5.908,02	995,77	108.412,32	831,18	2.239,65	5.728,71	3.273.989,22

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

#### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 5.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro (Quadro A.5.1.4.1 da Port. TCU 175/2013)

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	127	2
1.1 Voluntária	27	1
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	15	1
1.4 Outras	84	0
<b>2. Proporcional</b>	9	1
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	8	1
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	136	3

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.2 da Port TCU 175/2013)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	35	2
<b>1.1. Integral</b>	33	2
<b>1.2. Proporcional</b>	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	0	0
<b>3. Total (1+2)</b>	35	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ªSRPRF/RN (SIAPE)

#### 5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não existe no âmbito desta UJ controle interno com esta finalidade, sendo todo controle realizado pelo DPRF/MJ, porém vale destacar que não existem servidores acumulando cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da 15ª SRPRF/RN.

#### 5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não há informações de situações dessa natureza no âmbito desta UJ.

## 5.2 Terceirização de Mão-de-Obra

### 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela unidade Jurisdicionada

Quadro 5.9 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.5.2.3 da Port TCU 175/2013)

Unidade Contratante													
Nome: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária federal													
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 00.394.494/0118-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigida dos trabalhadores Contratados						SIL
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	20_2011	10.748.912/0001-08	01/12/11	30/11/16				X			P
2011	L	O	09_2011	09.171.533/0001-00	05/05/11	04/05/16		X					P
Observações													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão-de-Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de cargos do Órgão.

Quadro 5.10 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação Mão-de-Obra (Quadro A.5.2.4 da Port. TCU 175/2013)

Unidade Contratante														
Nome: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária federal														
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 00.394.494/0118-47							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigida dos trabalhadores Contratados						SIL	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	9	O	09_2011	09171533/0001-00	05/05/11	04/05/16		X						P
2011	9	O	12_2011	09171533/0001-00	13/06/11	12/06/16	X							P
2011	1	O	20_2011	10748912/0001-08	01/12/11	30/11/16				X				P
2012	5	O	11_2012	02567270/0001-04	25/06/12	24/06/17				X				P
2012	12	O	12_2012	00544298/0001-09	03/07/12	02/07/17	X							P
2013	5	O	04_2013	02567270/0001-04	03/04/13	02/04/18				X				A
2013	12	O	05_2013	00544298/0001-09	13/05/13	12/05/18				X				A
2013	4	O	09_2013	00544298/0001-09	02/05/13	01/05/18				X				A
2013	3	O	10_2013	00544298/0001-09	05/05/13	04/05/18				X				A
2013	5	O	11_2013	02567270/0001-04	16/05/13	15/05/18				X				A
2013	7	O	15_2013	02567270/0001-04	16/12/2013	15/12/2013				X				A
Observações														
LEGENDA					Área:			7. Telecomunicações;						
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.					1. Segurança;			8. Manutenção de bens móveis						
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.					2. Transportes;			9. Manutenção de bens imóveis						
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.					3. Informática;			10. Brigadistas						
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.					4. Copeiragem;			11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes						
					5. Recepção;			12. Outras						
					6. Reprografia;									



### 5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários.

Quadro 5.11 Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.2.6 da Port TCU 175/2013)

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesa do exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	2º Trimestre	2º Trimestre	
<b>1.Nível superior</b>	3122	544	-	-	3.666,00
<b>1.1 Área fim</b>	-	-	-	-	-
<b>1.2 Área meio</b>	3122	544	-	-	3.666,00
<b>2. Nível médio</b>	9409,8	1816	-	-	11.225,80
<b>1.1 Área fim</b>	-	-	-	-	-
<b>1.2 Área meio</b>	9409,8	1816	-	-	11.225,80
<b>Total (1+2)</b>	12531,8	2360	-	-	14.891,80
Fonte: DW Siape					

## **6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.**

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, é composta dos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração – DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos 70.000 km de rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com um efetivo 10.366 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Departamento) e em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do órgão, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários.

Esta Unidade jurisdicionada possui um total de 117 viaturas no seu patrimônio, segundo dados do SIPAC. Desse total temos 21 viaturas para uso em funções administrativas do órgão, como transporte de pessoas e materiais, e 94 viaturas caracterizadas para o uso na atividade finalística, entre camionetas, camionetes, sedãs, caminhões boiadeiros e uma ambulância do tipo resgate de suporte básico, cedida mediante termo de cooperação com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

No exercício de 2013 esta UJ recebeu do DPRF 37 novas viaturas, sendo 09 camionetas e 06 automóveis sedã, todos caracterizados e equipados para uso operacional, e 03 sedãs para uso administrativo, estes últimos destinados à atividades de corregedoria e outras atividades administrativas. Além desses foram entregues ainda 16 novas motocicletas, sendo 12 equipadas e destinadas aos serviços de escolta e batedor e 06 para emprego em serviços de patrulhamento ostensivo.

Cabe destacar que essa UJ tem tido o cuidado de retirar de circulação e encaminhar para leilão as viaturas antieconômicas ou que pelas suas condições já não oferecem a segurança necessária para o tipo de atividade para a qual está destinada. Em razão disso, com a chegada dessas novas viaturas temos um total de 19 viaturas destinadas para baixa e posteriormente para leilão, sendo 14 delas caracterizadas para o uso operacional e 05 administrativas. Esse quantitativo está incluído no total mencionado nos parágrafos anteriores.

Quanto à renovação da frota e a opção pela aquisição e não pela locação, a UJ não tem gestão sobre esta questão, cuja tomada de decisão fica a cargo do órgão central, o DPRF. Entretanto, a experiência tem demonstrado que veículos de uso operacional, utilizados no policiamento ostensivo, que tem média de quilometragem anual superior 70.000 km, com mais de três anos de uso passam a se tornar extremamente dispendiosos e com a segurança comprometida para o nível de serviço que lhe é exigido. Assim sendo, pode-se estimar que uma renovação de um terço da frota operacional seria um bom índice.

Nesta UJ o controle e manutenção da frota ficam a cargo do Núcleo de Serviços Gerais – Nuseg. A manutenção das viaturas é feita por meio de duas oficinas contratadas, uma na capital que atende à Sede da UJ, a 1ª Delegacia (Macaíba) 2ª Delegacia (São Gonçalo do Amarante), e 3ª Delegacia (Caicó), e outra em Mossoró/RN que atende a 4ª Delegacia sediada naquela cidade. Os custos de manutenção no exercício de 2013 ficaram em torno de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), que deverá ser menor para esse ano em razão da renovação da frota, que deverá apresentar menos problemas.

A esse respeito cabe destacar que a renovação parcial da frota no ano de 2013 melhorou a idade média do nosso parque de viaturas, agora girando em torno de 03anos, haja vista a retirada de circulação de viaturas operacionais da regional com modelos anteriores a 2010. No caso das viaturas administrativas essa idade média é maior um pouco, em torno de 05 anos, haja vista que viaturas de uso administrativos tendem a ter uma maior durabilidade por terem uma quilometragem média mais baixa.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 6.1 Quadro 8.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.6.2.1 da Port. TCU 175/2013)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - RN	Σ	Σ
	Município 1761 - Natal	2	2
	Município 1601 - Acari	1	1
	Município 1641 – Campo Redondo	1	1
	Município 1651 – Ceará Mirim	1	1
	Município 1733 - Lajes	1	1
	Município 1741 - Macaíba	1	1
	Município 1759 - Mossoró	3	3
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>11</b>	<b>11</b>
EXTERIOR		-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>11</b>	<b>11</b>

Fonte: NUPAT/15ª

### 6.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 6.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.(Quadro A.6.2.2 da Port. TCU 175/2013)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
200123	1761.00376.500-0	13	Regular	-	11.09.2012	1.569.649,28	7.424,11	2.667,00	
200123	1601.00112.500-3	18	Regular	-	11.09.2012	23.986,88	-	-	
200123	1641.00003.500-0	18	Regular	-	11.09.2012	46.073,88	-	-	
200123	1651.00022.500-0	18	Regular	-	11.09.2012	34.255,20	-	-	
200123	1733.00012.500-4	18	Regular	-	11.09.2012	33.158,59	-	-	
200123	1741.00027.500-7	18	Regular	-	11.09.2012	36.158,59	-	-	
200123	1841.00004.500-8	18	Regular	-	20.09.2012	266.620,70	-	-	
200123	1759.00067.500-8	18	Regular	-	11.09.2012	40.888,96	-	-	
200123	1759.00066.500-2	18	Regular	-	11.09.2012	76.165,91	-	-	
200123	1761.00459.500-0	13	Regular	-	11.09.2012	1.242.172,49	-	430,00	
200123	1759.00093.500-0	13	Regular	-	11.09.2012	33.763,01	-	-	
<b>Total</b>								<b>7.424,11</b>	<b>3.097,00</b>
<b>Fonte:NUPAT/15ª</b>									

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 7.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	



Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

Considerando a estrutura organizacional da Polícia Rodoviária Federal, similar à de outros órgãos, as questões deveriam prever a situação em que determinadas ações não competem à unidade desconcentrada, como é o caso desta UJ. Caberia ao órgão central (DPRF) responder a tais questões.

### 7.1.1 Análise crítica

Praticamente todo o controle da gestão de TI, desde normas de utilização, estabelecimento de parâmetros de utilização, regras de segurança de conteúdos e demais aspectos relacionados à TI são centralizados no DPRF, por meio da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização, ficando a cargo das UJs a operação e contratação de serviços de rede e internet e aquisição de equipamentos, restando-lhe muito pouca ou nenhuma gestão sobre o tema.

## 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.8.1 da Port. TCU 175/2013)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>	Redução e racionalização no consumo de energia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	Não				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	Sim ( )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI MPOG nº 1, de 19/01/2010				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>	Comunicação oficial				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>	Está em curso um projeto de <b>otimização</b> de recursos, incluindo Energia elétrica, água, entre outros.				
Considerações Gerais:					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (Quadro A.8.2 da Port. TCU 175/2013)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	700 resmas	600 resmas	0	9.798,60	12.660,00	0,00
<b>Água</b>	3617m <sup>3</sup>	5574m <sup>3</sup>	4710m <sup>3</sup>	23.591,48	54.510,88	31.950,56
<b>Energia Elétrica</b>	459730,56kw	468287,04kw	407686,31kw	175.038,12	206.751,86	203.395,11
			Total	208.428,20	273.922,74	235.345,67

Fonte: NUPAT/15<sup>a</sup> e NUSEG/15<sup>a</sup>

## 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei N° 8.730/93

Quadro 9.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.9.4.1)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar DPR	Situação em Relação às Exigências da Lei n.º 8730/93	Momento de Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início de Exercício de cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de cargo, Emprego Ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (incisos 1 a IV do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar DPR	-	-	-
	Entregaram DBR	-	-	-
	Não cumpriram obrigação	-	-	-
<b>Cargos Efetivos</b>	Obrigados a entregar DPR	-	-	-
	Entregaram DBR	-	-	-
	Não cumpriram obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b>	Obrigados a entregar DPR	20	17	27
	Entregaram DBR	20	17	27
	Não cumpriram obrigação			

## 9.2 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 9.2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (QUADRO A.9.6 DA PORT. TCU 175/2013)

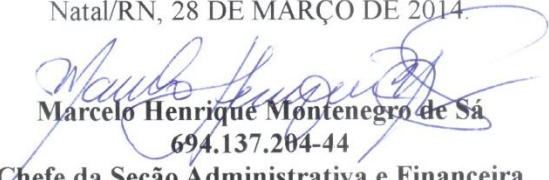


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN**

### DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo Henrique Montenegro de Sá, CPF nº 694.137.204-44, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal/RN, 28 DE MARÇO DE 2014.

  
**Marcelo Henrique Montenegro de Sá**  
694.137.204-44

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

## **10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

A Ouvidoria PRF é o canal de acesso à Polícia Rodoviária Federal destinado a atender o cidadão em suas solicitações, denúncias, sugestões e manifestações de descontentamento quanto aos serviços prestados pelo Órgão, e recebe as reclamações e sugestões oriundas de todo o país, repassando-as as UJs que tenham relação com aquelas.

Todas as demandas advindas de atendimentos presenciais e eletrônicos (e-mail) registradas no ano de 2013 foram acompanhadas de forma absolutamente ordenada (recepção – distribuição - atendimento), com vistas a conferir ao processo a atenção e o zelo necessários.

No ano de 2013 foram registradas 3816 (três mil, oitocentos e dezesseis) ocorrências (demandas), sendo 32 (trinta e duas) oriundas de atendimentos presenciais e 3784 (três mil, setecentos e oitenta e quatro) de atendimentos feitos por meio eletrônico (e-mail), dessas últimas, 298 (duzentos e noventa e oito) foram filtradas e atendidas diretamente pela Ouvidoria PRF.

A área de representação nacional, sediada no DPRF, que registrou o maior número de inserções foi a Coordenação Geral de Operações/CGO, vale ressaltar, que o número expressivo de demandas registradas, em sua maioria, são referentes a solicitação de informação e serviço e comunicações

Esta UJ não teve representatividade significativa no contexto geral de demandas, conforme informações do DPRF, registrando um número significativo de inserções de avaliação negativa (Denúncia Anônima, Denúncia com Identificação e Reclamação).

Além desse meio eletrônico, esta UJ também atende e dá o encaminhamento necessário a todas as reclamações que chegam diretamente ao seu conhecimento, seja por meio eletrônico ou presencial, dando o tratamento adequado para cada caso.

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade de Demonstrações Contábeis

#### 11.1.1 Declaração com Restrições

Quadro 11.1- Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .(Quadro A.11.2.1 da Port. TCU 175/2013)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
15º SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200123	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes  
COORDENADOR GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
Coordenador